

18/08/2017 - 05:00

As federais também enfrentam dificuldades

Por **Cecília Pires**

"A partir de setembro acende-se uma luz de atenção no futuro da própria ciência no Brasil", diz Roberto Leher, reitor da UFRJ

A situação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) é crítica, mas a queda nas verbas também ameaça levar à paralisação de universidades federais, segundos reitores ouvidos pelo **Valor**. "A partir de setembro acende-se uma luz de atenção no futuro da própria ciência no Brasil", diz Roberto Leher, reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Para ele, o corte representa uma forma de fechamento ao futuro. "Incorporamos mais de 20 mil estudantes, número equivalente aos da Universidade de Santa Catarina", afirma. "E sem que houvesse qualquer planejamento depois do orçamento de 2013."

O impacto é grande, diz. Antes da crise, eram feitas 20 cirurgias de transplante de fígado e pulmão por mês no hospital universitário da UFRJ. Hoje, são duas. Também há o perigo da suspensão de pesquisas importantes, como a do zika, onde se iniciou o estudo pioneiro da vinculação do vírus à encefalia.

Além do contingenciamento orçamentário, verbas prometidas também não chegaram integralmente a outros campi, dizem reitores. A Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), que recebeu R\$ 75 milhões no ano passado, tem orçados R\$ 64 milhões para este ano, mas recebeu, até agora, apenas 70% do valor previsto para custeio e 40% para investimento. "Com esse total, que já é deficitário, chegamos até o fim de agosto", diz Soraya Smaili, reitora da Unifesp. "A partir de setembro, alguns contratos de serviços básicos deixarão de ser pagos ou vamos cortar, como a energia elétrica."

Na Unifesp, a falta de verba poderá interromper os estudos de esclerose lateral amiotrófica e de novos fármacos e tratamentos para diabetes, que não são encontrados na rede do SUS. Há ainda a possibilidade de não serem abertas vagas para residentes na Faculdade de Medicina, o que vai diminuir a oferta de novos médicos no Brasil. Se houver paralisação das atividades, especialmente das pesquisas, a retomada não demorará menos de cinco ou seis anos, avalia a reitora.

A Universidade Federal de São Carlos (Ufscar) vai conseguir levar o ano letivo até dezembro, mas replaneja as atividades com apenas 15% dos recursos recebidos para custeio e 40% para investimento.

A crise também tem impacto nas unidades do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), criado em 2007 sob o marketing da democratização do ensino público e extinto em 2013, sem garantir a continuidade de verbas para solidificar os alicerces do rápido crescimento. O planejamento feito pelo governo, segundo Leher, não olhou o futuro, "como se a partir de 2013 os recursos fossem aparecendo milagrosamente sem nenhum instrumento legal".

O Reuni levou, entre 2007 e 2013, ao aumento de 42 para 63 universidades, de 150 para 320 campi, e ao atendimento, hoje, de mais de 1 milhão de alunos em todo o país, além de dois Centros Federais de Educação Tecnológica, dois Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e 45 hospitais universitários que atendem a mais de 5 milhões de pessoas,

segundo a Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Embora tenha apoiado o Reuni, a reitora da Ufscar, Wanda Hoffmann, observa que faltou planejamento na concepção do programa. Para ela, faculdades ou campi novos sofrem mais com a expansão muito rápida e a falta de recursos para atender a demanda da última década, quando o ensino federal dobrou de tamanho.

A rápida expansão aliada à atual crise de verbas reflete-se na paralisação de obras das sedes de campi e na existência de estruturas administrativas e salas de aula abrigadas em locais improvisados - prédios alugados ou cedidos por órgãos municipais.

Com uma redução de R\$ 90 milhões para R\$ 67 milhões neste ano, mas tendo recebido apenas R\$ 38 milhões até agora, o reitor Klaus Capelle, da Universidade Federal do ABC (UFABC), considera o corte de 2017 um impacto "dramático" no orçamento da mais emblemática escola superior do Reuni, fincada no berço do PT, que criou o programa.

A perspectiva do MEC

A crise no caixa das universidades brasileiras não tem origem no atraso do repasse de verbas orçamentárias do Ministério da Educação (MEC), como ocorreu em governos passados, que deixou as instituições federais sem repasse do orçamento de custeio durante dois anos. Além disso, o governo Temer encontrou 770 obras em universidades e institutos federais paralisadas desde 2014, que aos poucos vem retomando. Foi o que declarou a secretária-executiva do MEC, Maria Helena Guimarães Castro. Em 2016, o governo repassou 100% das verbas de custeio, com as quais as universidades e institutos pagam manutenção, limpeza, água, luz e serviços de terceiros para funcionar normalmente.

Neste ano, foram repassados, até agora, 45% das verbas para investimento e 75% para custeio. Até o fim do ano o MEC pretende completar 100% de repasse dessas rubricas. Segundo o ministério, foram retomadas mais de 200 obras paralisadas no governo anterior.

"Tivemos uma expansão que foi muito boa, sem dúvida", diz Maria Helena. "Algumas universidades realizaram uma gestão espetacular nos últimos anos, como a Universidade Federal do ABC, por exemplo, com excelente relação custo/aluno, de R\$ 19,7 mil. Em contrapartida, temos uma das mais ineficientes, como a URFJ, com relação custo/aluno de R\$ 58 mil."

A secretária-executiva do MEC admite que instituições como o CNPq, vinculado ao Ministério da Ciência e Tecnologia, tiveram o número de bolsas reduzido, mas que a Capes, responsável pelo pagamento das bolsas de doutores, mestres e pós-graduandos do Ministério da Educação, não teve cortes neste ano e até aumentou o investimento em pesquisas.

"Nossa folha de pagamento de pessoal das universidades e dos institutos federais, no valor de R\$ 51 bilhões/ano está sendo paga na íntegra; a bolsa de residência médica custa R\$ 620 milhões/ano e a supervisão médica outros R\$ 180 milhões/ano, sem falar dos recursos da Capes destinados à assistência ao estudante para graduação e destinação às cotas, no valor de R\$ 1,5 bilhões", afirma.